



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2017.0000546756**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1019370-44.2015.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante MARCIANO BASILIO LIMA NETO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado JAIR ZAGUE (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JAYME QUEIROZ LOPES (Presidente), ARANTES THEODORO E PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 31 de julho de 2017.

**Jayme Queiroz Lopes**  
**Relator**  
Assinatura Eletrônica

36ª. CÂMARA  
APELAÇÃO N.º **1019370-44.2015.8.26.0576**  
APELANTE: Marciano Basilio Lima Neto (Justiça Gratuita)  
APELADO: Jair Zaque (Justiça Gratuita)  
COMARCA: São José do Rio Preto – 4ª Vara Cível

Voto n.º 28228

**EMENTA:**

ACIDENTE DE TRÂNSITO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE – CERCEAMENTO DE DEFESA – OCORRÊNCIA – PERÍCIA MÉDICA QUE ERA FUNDAMENTAL PARA POSSIBILITAR EVENTUAL ACOLHIMENTO DO PLEITO INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE LUCROS CESSANTES E PENSIONAMENTO – SENTENÇA ANULADA.

Apelação provida para anular a sentença.

Trata-se de apelação interposta contra a sentença de fls. 83/86, que julgou parcialmente procedente ação de indenização.

Alega o autor, em síntese, que a culpa do réu para o acidente é inegável; que, no caso, ocorreu cerceamento de defesa, isto porque era necessária a realização de perícia para apurar o grau de incapacidade do autor; que os lucros cessantes são devidos, uma vez que está impossibilitado para o exercício de sua profissão até o fim da convalescença; que é devida pensão mensal; que o valor arbitrado a título de danos morais deve ser majorado.

Recurso tempestivo e respondido.

É o relatório.

Constou da sentença que:

*“Ademais, pelo que se extrai das fls. 30 e 34, o autor sofreu danos graves com o acidente provocado pelo réu, e bem por isso, faz jus aos danos morais aqui pleiteados.*

*Assim, segundo o laudo pericial produzido pelo IML:*

*'concluo que a vítima sofreu lesões corporais de natureza grave, pela incapacidade para as atividades habituais por mais de 30 dias que necessitaram internação em UTI, debilidade do sentido da visão' (fls. 32).*

.....  
*Afasto, contudo, o pedido de lucros cessantes, pois os respectivos prejuízos alegados não restaram devidamente demonstrados na espécie. Ainda, afasto o pedido de fixação de pensão, porque não restou demonstrado nos autos que o autor, com o acidente aqui verificado, tenha sofrido incapacidade física permanente, de modo que não há justificativas para a fixação do pensionamento.”*

Justamente pelo fato de ter sido apurada a gravidade do acidente é que entendo ter ocorrido o cerceamento de defesa, na medida em que a perícia médica, requerida pelo autor, era fundamental para possibilitar o eventual acolhimento do pleito indenizatório a título de lucros cessantes e pensionamento.

Ora, se não foi deferida a prova técnica, inexistente razão para se concluir que o autor não comprovou os prejuízos, isto porque era pela perícia que os danos sofridos seriam demonstrados.

Em sendo assim, acolho o recurso para o fim de anular a sentença, com determinação de reabertura da instrução processual, devendo ser realizada perícia médica.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso.

**Jayme Queiroz Lopes**  
**Relator**